

# Sobre designações para “trabalhador de enxada” na Bahia e em Sergipe

0. Este artigo, no que se refere à Bahia, constitui o texto praticamente inalterado da comunicação que, em julho de 1963, apresentamos à VI Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na cidade de São Paulo e na qual, pela primeira vez, a Secção de Lingüística da Associação Brasileira de Antropologia convidou expositores para temas de língua portuguesa. Naquela data o *APFB* ainda não fora publicado, o que impunha dois parágrafos que se suprimem da versão atual — um sobre a próxima publicação do *Atlas*, outro sobre possíveis omissões de dados decorrentes do fato de encontrarem-se os materiais originais na Bahia, os destinados à impressão no Rio e o autor (mais daquele texto do que do *Atlas*, que é obra coletiva e institucional) em Brasília.

0.1. Os quase dez anos decorridos, em nosso entender, só não desaconselham a publicação de um texto elaborado, como é nor-

mal fazer-se, para congressos, com todas as marcas de *circunstancial*, e seria hoje impossível refundi-lo pelo fato de à área geográfica até então investigada ter-se acrescentado a de Sergipe. Sobretudo porque, no caso específico, a precaução de — sem prejuízo de numerosos aperfeiçoamentos metodológicos que temos referido em outros trabalhos — manter o atlas de Sergipe estreitamente relacionado com o *APFB* confirmou uma vez mais a observação insuspeita de Manuel Alvar: “La búsqueda sobre el terreno da, generosamente, frutos por doquier” (Diferencias en el habla de hombres y mujeres, *Revista do Livro*, (12): 85; Rio de Janeiro, 1958). E não isso apenas, mas também que é compensadora, na investigação científica, a continuidade do trabalho, entendida não como rotina estéril, mas como paciente exploração de “picadas abertas”.

1. A pergunta *trabalhador-de-enzada*, singelamente assim redigida, incluiu-se no questionário aplicado para o *APFB* em 50 localidades, em virtude da resposta para ela anotada em São José das Itapororocas em novembro de 1960: *pataqueiro*. Aliás, em termos mais precisos, aquela anotação não a dá propriamente como resposta, pois foi recolhida como *nota à margem* de um questionário de cerca de 3000 perguntas que aplicávamos experimentalmente, com o objetivo de aperfeiçoá-lo através de acréscimos e supressões que os próprios inquéritos recomendassem.

1.1. É preciso, porém, ressaltar que a formulação da pergunta faz supor para as respostas um valor significativo mais particularizante. Não perguntávamos por qualquer trabalhador da lavoura, mas pelo de mais humilde condição, pelo que não tem roça própria, pelo que trabalha em roça alheia, por aquela espécie de “biscateiro rural” tão abundante no País. A esse respeito, são esclarecedoras as notas relativas ao inquérito em alguns dos pontos, que quase sempre reproduzem observações suplementares dos informantes, e às quais voltaremos a referir-nos.

2. Eis uma lista completa das respostas incluídas na carta 23, desprezadas as variantes de realização:

macaqueiro	21	pontos
lavrador	13	”
pataqueiro	9	”
base <i>jornal</i>	6	”
ganhador	5	”
roceiro	4	”
diarista	3	”
cavouqueiro	2	”
operário	2	”
pinhão	2	”

alugado	1 ponto
enxadeiro	1 "
rendeiro	1 "

3. *Ganhador*, que figura em Morais<sup>(1)</sup> e Aulete como brasileirismo, em Florival Seraine como termo do Ceará e no *PDBLP* como termo de Pernambuco e Alagoas, sempre no sentido de *carregador*, *moço de fretes*, e que de fato deve explicar-se como sobrevivência da sociedade escravocrata, durante a qual escravos ou libertos eram postos nesse serviço, é ainda hoje (1963, note-se) corrente com o mesmo sentido em Salvador, onde praticamente não sofre concorrência, que saibamos, de qualquer sinônimo. Ocorreu nos pontos 1, 2, 4 e 5, relativamente próximos uns dos outros, todos numa zona (Recôncavo e Litoral Norte) em que foi intensa a exploração do trabalho escravo. Reapareceu, "desgarrado", no ponto 42, à margem do São Francisco, e ainda no ponto 26, numa explicação que transcrevemos em nota (cf. 8.1) sobre a resposta fornecida.

4. Formas ligadas não vem ao caso quão remotamente ao latim *diurnus* — *jornaleiro* nos pontos 8 e 11, *jornadeiro* nos pontos 9 e 22, *jornazeiro* no ponto 6 e *jornalista*, esta, inclinamo-nos a crer, um cruzamento com a que em seguida sumariamente comentamos — encontram-se na faixa litoral, do Recôncavo para o Extremo Sul, e em dois pontos (10 e 22) não rigorosamente litorâneos, mas que facilmente admitem de lá tenham saído. São, por assim dizer, as de mais nítido sabor luso. Não estranha que se localizem em zona de colonização muito antiga e pouco aberta a inovações.

5. Nessa mesma zona, começando um pouco mais ao sul (pontos 7, 9 e 12), anotou-se ainda *diarista*, que pelo intenso uso geral e urbano nos parece de introdução recente, além de pouco ou nada adstrito ao trabalho propriamente rural.

6. Em dois pontos, a considerável distância espacial e histórico-cultural um do outro (18 e 49), registou-se algo como *pinhão*, que julgamos estar por *peão*, palavra de cuja fortuna e vitalidade na língua portuguesa pode dar uma idéia a simples leitura de Morais, s. v.

7. *Pataqueiro* — forma anotada, como vimos, em novembro de 1960 em São José das Itaporocas e cuja área de existência na Bahia nos propúnhamos estabelecer — ocorreu sem reservas nos pontos 13, 14, 15, 16 e 19. Antes de completar o que se nos apresenta, pelo menos por ora, como sua provável área, torna-se in-

dispensável esclarecer que, tendo organizado o questionário em função de respostas colhidas em inquéritos anteriores e selecionadas como de *presumível interesse* para tentar delimitar áreas de ocorrência, permitimo-nos sempre — esgotados os recursos de inquirição indireta e depois de intercaladas outras perguntas em número julgado suficiente para impedir que o informante estabelecesse relação entre o que ouvia e o que antes se perguntara, geralmente depois de aplicado o questionário até o fim — permitimo-nos a heterodoxia consciente de emitir a *forma* em causa e perguntar se o informante a conhecia. O fato está mencionado na Introdução, onde o discutimos e defendemos como válido para os objetivos específicos que nos animavam. Assim obtida, a forma aparece também nos pontos 17 e 26, no primeiro com a explicação de ser o que trabalha “na roça dos outros, para ganhar dinheiro” e no segundo com a de que assim era “no tempo das patacas”. No ponto 3, um dos informantes identificou a forma como designativa de “pessoa que ganha fazendo trabalhinho”; no ponto 4, um informante reconheceu-a e repetiu, acrescentando que “os homens que vinham do sertão diziam assim, que eram *pataqueiros*”; no ponto 5, um informante disse, ouvida a forma, que “é o que não tem roça, ganha patacas, é diarista”, outro que “é o que vai ganhar dinheiro”. Podemos, portanto, dar como — no mínimo — conhecida essa designação em dez dos 50 pontos inquiridos, ocupando uma área que vai do Recôncavo (pontos 3, 4 e 5) ao Nordeste (pontos 13, 14, 15 e 17) no sentido S-N e abrange os pontos 19 e 26 no sentido E-W.

7.1. Não cabe aqui, nem é nosso propósito, discutir o ainda emaranhado problema etimológico de *pataca*. Registe-se apenas a curiosa e aparente contradição de os seus derivados se apresentarem sempre como depreciativos em Portugal, enquanto no Brasil, pelo menos uma vez, um deles com valor positivo. Talvez se deva entrever, no caso, uma resultante da diferença entre o valor monetário da *pataca*, moeda de prata — “aproximadamente 320 réis” (Morais, s.v., Aulete, s.v.) — e o do *pataco*, moeda de bronze — “40 réis” (cf. Moraes e Aulete, s.v.). Com efeito, tanto em Moraes quanto em Aulete, é ao segundo e não à primeira que se filia *patacoada*. A mesma filiação, no primeiro, se atribui a *pataqueira*, “s.f. ... *Fam.* Jogo muito barato. Jogo de azar em que os pontos são gente pobre e humilde, ou ordinária,” substantivo que em Aulete se filia ao adjetivo *pataqueiro*, “(fam.) que se vende a pataco. “Diz-se de jogo em que os pontos arriscam só cobre ou pouco dinheiro.” (Fig.) Ordinário, reles, popular; barato...”, adjetivo este dado como proveniente de *pataco* em ambos os léxicos.

7.2 Mas quando passamos, nesses dicionários, a *pataqueiro*, o que vemos é algo diverso. Ao lado da acepção acima transcrita, e outras conexas, tais como “Que não tem valor material, nem merecimento moral ou mental”, “Artista sem mérito”, “Actor reles”, encontra-se em Morais, como *brasileirismo*, a de “Indivíduo que tem cabedais”. O que tudo se repete em *Aulete* e *PDBLP* (no primeiro o *brasileirismo* vem mais explícito: “indivíduo rico”...). Seria o caso, perguntamos, de pensar-se em uma época em que a pataca significasse pouco em Portugal e muito no Brasil (cf. 10, citação de *DTP*) — hipótese que a escassez de informação bibliográfica me impede de aceitar ou rejeitar? Ou — hipótese que no momento não temos igualmente como verificar — tratar-se-ia de uma defeituosa dedução do sentido em um contexto?

7.3. O *pataqueiro* de nossa carta, porém, nada tem a ver com essa exceção (?) semântica. Se não bastasse para garanti-lo a formulação da pergunta (cf. 1.1), teríamos ainda a tranquilizar-nos as notas sobre os inqueritos, a forma que em seguida comentamos e, *last but not least*, a acepção “alcunha *pejorativa* (grifo nosso) dada aos trabalhadores de eito nos engenhos de açúcar do Nordeste pelos cassacos das estradas de ferro” (*PDBLP*; cf. tb *Aulete*).

8. *Macaqueiro*, em *Aulete* “(Bahia) Trabalhador da lavoura cacaueteira” e em *PDBLP* “...; trabalhador rural da lavoura do cacau — Sul da Bahia”, aparece em 21 pontos da carta (7, 9, 10, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 42 e 43), cobrindo uma área (ainda provável em seus limites) mais extensa do que a de qualquer outra forma transcrita e com frequência superior até mesmo à do genérico *lavrador*, que ocorreu em 13 pontos (6, 10, 12, 20, 21, 24, 28, 31, 38, 40, 41, 42 e 44) marcadamente descontínuos. Essa área parece confinar com a de *pataqueiro* — nos pontos 14, 17 e 26 coincidem as duas respostas — e estende-se, no sentido E-W até a margem do São Francisco, sendo de notar que ao longo deste não foi anotada nos 5 pontos abaixo de Barra, nem no único ponto acima de Paratinga, nem tampouco nos pontos mais ocidentais, em número de 6.

8.1. Esclarecimentos anotados aos próprios informantes, como “pega qualquer trabalho” (no ponto 21), “que trabalha na roça dos outros” (no ponto 22), “ganhador, que ganha meia pataca” (no ponto 26), “trabalhador contratado para qualquer serviço” (no ponto 29), “trabalho particular a dia” (no ponto 42) — todos transcritos em notas à carta — afastam a hipótese de entendimento precário da pergunta, hipótese restritiva que muitas vezes ocorre e deve sempre ser examinada preliminarmente. Essa não era, aliás, daquelas perguntas que, por sua natureza, maiores cautelas exigem no particular.

9. Apesar de *macaco* (que por sinal anotamos nos pontos 14 e 35, mas não incluímos na carta) figurar em Moraes, Aulete, e *PDBLP* — no primeiro sem localização, no segundo localizado na Bahia e no terceiro no “Sertão da Bahia” — como “ajudante de vaqueiro”, e ainda como “(*Provinc. alentej*)”. Dor nas costas, por efeito do curvar do corpo, no trabalho da ceifa ou cava” (Moraes, s.v.) ou “(Alent). Dor nas costas devida ao fato de ter o corpo curvado no trabalho da cava ou da ceifa: A atitude em que trabalham é extremamente incômoda, dobradas para a frente, em ângulo reto, e isso explica a necessidade que têm de freqüentemente endireitarem o corpo, não vá o *macaco* que trazem ferrado nas costas parti-las pelo meio (Brito Camacho, *Gente Rústica*, 2. ed., p. 133)” (Aulete, s.v.), apesar disso, creio que o aparecimento, difusão e fixação de *macaqueiro* (evidentemente na acepção em causa) só indireta e analogicamente deve ligar-se a *macaco*, não constituindo um caso de derivação pura e simples, mas antes um caso de substituição de uma forma (*pataqueiro*) que perdera substância com o desaparecimento de sua base (*pataca* ou *pataco*) pela que, dentro das possibilidades do sistema lingüístico, dela mais se aproximava ou virtualmente podia aproximar-se — não no plano dos significados, mas — pelo menos preponderantemente — no dos significantes.

9.1. Tal hipótese — ou, quem sabe, mais um dos “devaneios insensatos que tanto avultam em certas obras lexicológicas” de que fala Gonçalves Viana (*Apostilas*, t I, p. VII) — acode-me antes de tudo pela distribuição geográfica das duas formas. Primeiro porque a área de *pataqueiro* é de uma zona de colonização mais antiga do que a de *macaqueiro*, e que normalmente aparece nas cartas com indícios de arcaizante. Segundo porque dificilmente se explicaria que a criação de *macaqueiro* por simples via sufixal ficasse contida nos limites que apresenta em vez de, como seria de esperar no caso, aparecer por toda parte. Assim, tenho a impressão de que a área hoje ocupada por *macaqueiro*, ao receber uma forma *pataqueiro* numa época em que sobrevivia a forma *pataca* (ou *pataco*), mas já sem corresponder de fato a uma unidade monetária em circulação, entendeu-a como a que realmente ou potencialmente dela mais se aproximava dentro do seu repertório lingüístico existencial ou virtual. Sem excluir dessa aproximação, é claro, a associação de *macaco* no plano dos significados, que de modo algum se pretende aqui negar, mas apenas considerar accessória, ou melhor, não exclusiva. Parece-me óbvio que, se *macaco* existisse com outro valor significativo — que não comportasse as extensões de sentido depreciativas (principalmente da figura humana) tão abundantes e tão conhecidas na língua —, seria difícil admitir que se cristalizasse a associação exclusivamente fônica, que poderia sur-

gir ocasionalmente, embora com muita freqüência; mas dificilmente se fixaria e generalizaria.

10. A hipótese, ou (repetimos) se quiserem devaneio, precisaria, para ser confirmada ou rechaçada, de submeter-se a um exame histórico-cronológico que confessamos não ter o mínimo de condições para realizar. Sobre a cronologia das formas (2) não dispomos de qualquer informação nem da esperança de poder tão cedo ser obtida por nós. Quanto à das moedas, contamos apenas com as que fornecem Gonçalves Viana, *Apostilas*, t. II, p. 243: "Pataco designava em Portugal uma moeda de bronze, do valor de 40 réis, a qual deixou de ter curso há uns vinte e cinco a trinta anos" [i.e., a contar da data de publicação, 1876-1881] e Florival Seraine, *DTP*, s.v. *pataca*: "Moeda colonial de prata, do valor de 320 réis, e que perdurou em circulação muito tempo depois da nossa emancipação política, com a mesma cunhagem em prata, mas com os valores de uma, duas, três e vinte patacas, sendo esta última de ouro de 22 quilates. Era antigamente o padrão de unidade para fixação de uma quantia qualquer", informações que ignoramos em que se fundamentam.

11. Para os inquéritos sistemáticos realizados — num mínimo de dois por localidade como na Bahia — nos quinze pontos de Sergipe, adotamos uma técnica que assegurasse a formulação inicial uniforme da pergunta: com base nos elementos recolhidos em sondagens dos anos 63 e 64, procuramos *redigir* cada pergunta na gramática, léxico e estilo do dialeto social e geográfico a investigar, para o que se revelaram particularmente úteis retificações dos informantes à versão e à aplicação iniciais do questionário. Em sua versão definitiva, utilizada nos inquéritos finais, de 1967 e, portanto, sete anos depois dos do *APFB*, a pergunta obedeceu à seguinte formulação inicial: "O nome que dão ao homem que trabalha na roça dos outros pra receber um dinheirinho?".

12. Como se vê do que ficou dito até o item 10, concentramos nosso interesse nas ocorrências em território baiano de *pataqueiro* e *macaqueiro*, limitando-nos a uma rápida, quase ocasional, referência às de *ganhador*. Tanto assim que, na carta-resumo respectiva do *APFB*, assinalamos apenas os pontos em que ocorreram aquelas duas respostas e mais os de ocorrência de *jornaleiro* e de *diarista*, sendo de notar que a exclusão de *ganhador* da carta-resumo não se deveu sequer a um critério numérico, já que ocorreu em cinco pontos, enquanto *diarista* foi anotado em apenas três (cf. item 2).

13. Os resultados de Sergipe confirmam a expectativa natural de uma área mais ampla de *pataqueiro*, registado magnetofonicamente em 8 dos 15 pontos inquiridos e, talvez mais importante, revelam uma ausência total de *macaqueiro* que parece aumentar as probabilidades de acerto da hipótese antes formulada para seu aparecimento no Brasil (cf. 9).

14. Mais significativa, porém, para o que disse no item 0.1 e segundo me parece, é a ocorrência em Sergipe de *ganhador*, também registada em 8 dos 15 pontos, em três deles a ambos os informantes, e — por motivos outros que não serão aqui discutidos — de *alugado*, que se anotou em um único ponto (o de número 6 — Velha Boipeba) da Bahia e ocorreu em 4 pontos de Sergipe.

14.1. Para a geografia lingüística, é óbvio que conta menos a ocorrência em si de uma forma, ou mesmo quantas vezes ela se apresenta numa série de inquéritos, do que sua distribuição espacial. Ora, o que se observa em Sergipe quanto a *ganhador* é que se concentra nos pontos mais ao Sul do Estado, numerados de 51 a 57 (com exceção do ponto 53, no qual sua ausência não significa obrigatoriamente que não exista, mas no máximo que não faz parte do repertório lexical dos dois informantes inquiridos). Essa área é contígua, com absoluta precisão, à área baiana que antes de dispormos dos dados de Sergipe tão escassa atenção nos despertou.

14.1.1. Além dessa área, *ganhador* figura em dois pontos (61 e 62) à margem do São Francisco — no primeiro deles com o sintagma “ganhador da pataca” como resposta completa. A pequena densidade da rede torna difícil concluir quanto à relação sincrônica — continuidade ou descontinuidade — entre esses dois pontos e os do item anterior.

NELSON ROSSI

1 Todas as obras a seguir mencionadas estão citadas, convenientemente, no final do artigo.

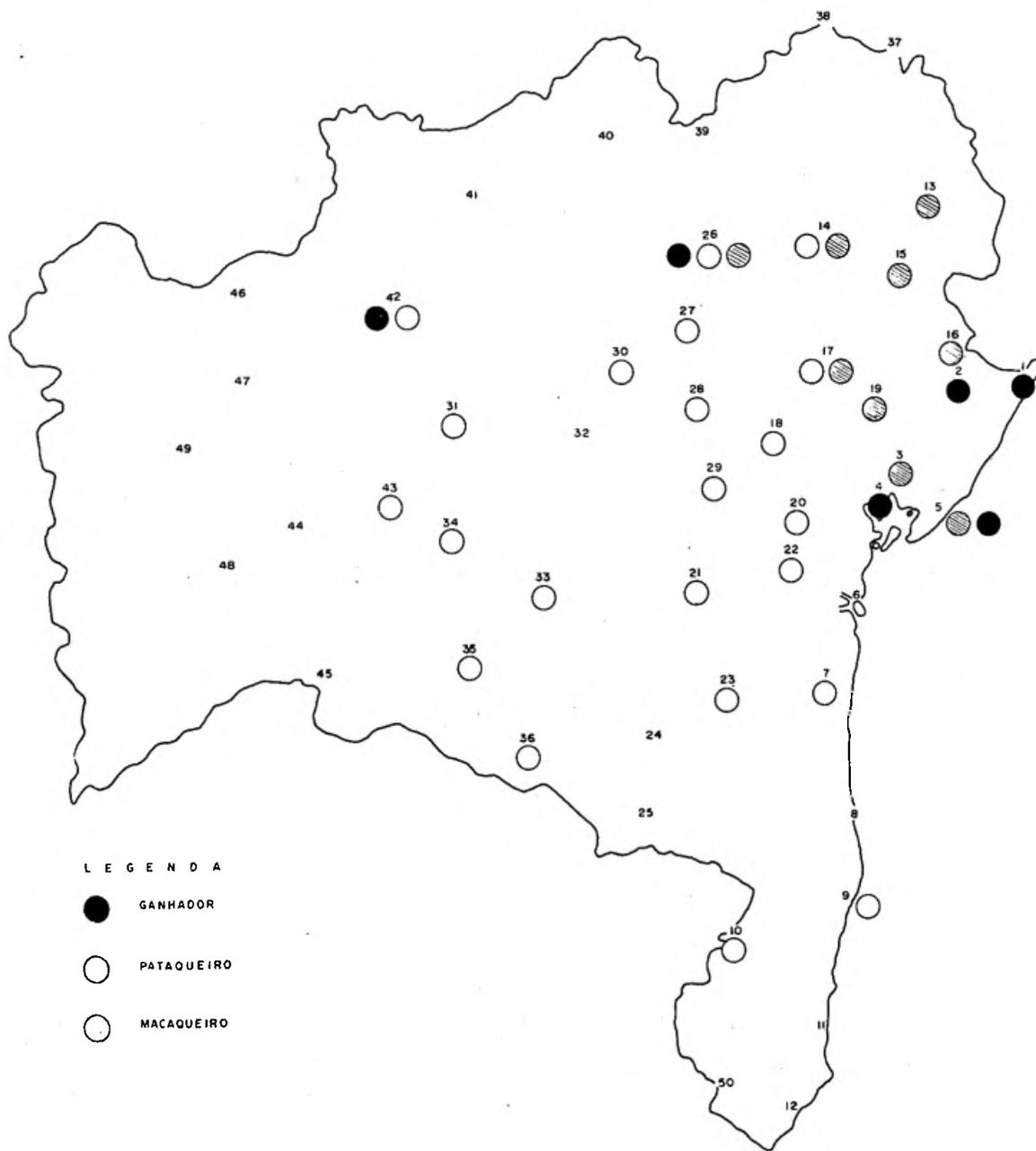
2 Referimo-nos, evidentemente, à cronologia das formas *pataqueiro* e *macaqueiro*. *Pataca*, segundo Corominas, 1954-1957, tem sua primeira documentação

espanhola em 1577 “como moneda portuguesa” e segundo Machado, 1956-1959, aparece em português em 1598 “... declaro que João Tauares guarda da caza da jndja em Portugal me deu doze *pataquas* e meia de Reales ...”, em J. Martins da Silva Marques. *Sintra e Sintrensens no Ultramar Português*, p. 68. A julgar pelo texto de Varnhagen reproduzido por Roure, 1922, p. 1074, a Moeda mandada instalar na Bahia em 1694 “para refundir todo o numerário que corria no Brasil, e os metacos que, mediante certas vantagens, quizessem os particulares fazer amodar” cunhava *patacas*: “De prata se lavravam de seis sortes, a saber: de duas patacas, de uma e de meia pataca, ...; tendo as primeiras, que deviam correr por \$640, o peso de cinco oitavas e 28 grãos, e as outras à proporção”. Com relação a *pataco*, lemos na *Grande enciclopédia*. ...: “A primeira moeda todavia que se cunhou desse (40 réis) valor era de prata e do tempo de D. João III, em 1550, mas a sua designação era, não de *pataco*, mas de dois *vinéns*: XXXX. *Pataco* chamou-se propriamente à moeda de bronze que no reinado de D. João VI, quando príncipe regente, se começou a cunhar em 1811, estendendo-se o seu lavramento aos reinados seguintes, até à introdução do sistema métrico decimal no sistema monetário em 1836”. Partindo de citações de Vasconcelos, 1961, p. 275 e de Meili, 1897, p. I, 18, 20 etc., chegamos ao conhecimento de uma obra que presumimos de alto interesse para o assunto, mas que não pudemos consultar:

A[ugusto] C[arlos] TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Lisboa, Imp[rensa] Nac[ional.] t. I, 1874, t. II, 1877, t. III, 1880 (Cf. Silva, Innocencio Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1923. T. 22, p. 457, n.º 3146).

## OBRAS CITADAS

1. AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Ed. brasileira, atualizada, rev. por Hamilcar de Garcia. Rio de Janeiro, Delta, 1958.
2. COROMINAS, J. *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid, Ed. Gredos, 1954-1957.
3. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa, Ed. Enciclopédia, s.d.
4. MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa, Ed. Confluência, 1956-1959.
5. MEILI, Julius. *Das Brasilianische Geldwesen*. Zürich, Druck des Polygraphische Institutes, 1897. I Theil (Die Münzen der Colonie Brazilien, 1645-1822).
6. *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 10.ª ed. 2.ª impr., supervisionada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, com a assistência de José Baptista da Luz. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
7. ROSSI, Nelson, e outros. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro, Inst. Nac. do Livro, 1963.
8. ROURE, Agenor. “História econômica e financeira”. In: *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*. Comemorativo do primeiro Centenário da Independência. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1922. v. 1.
9. SERAINE, Florival. *Dicionário de termos populares; registrados no Ceará*. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1958.
10. SILVA, Antonio de Moraes. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10.ª ed. rev., corrigida por Augusto Moreno, Cardoso Jr. e José Pedro Machado. Lisboa, Ed. Confluência, 1949-1959.
11. VASCONCELLOS, J. Leite de. *Estudos de filologia portuguesa*. Sel. e org. de Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1961.
12. VIANA, A. R. Gonçalves. *Apostilas aos dicionários portugueses*. Lisboa, Liv. Clássica Ed., 1906.



LEGENDA

- GANHADOR
- PATAQUEIRO
- MACAQUEIRO

